

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: ee2d4094-175e-4972-b221-e392c6050744

Protocolo: Processo Requerimento Nº 001333/2024

Data: 19/01/2024 10:33:29

Origem: CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MAQUINAS
*** contatos indisponíveis ***

Contato: CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MAQUINAS
*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA

Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO

Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

versão completa

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA 19/01/2024 10:33:45	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

Gerado por: borheryuri@gmail.com

Página 1 de 1

19/01/2024 10:33

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR ADELSON RAPOZO, SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, AUTOR DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 233/2023.

Processo Nº:	1332	124
Rubrica	P	Fls: 3

Ref.: **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 233/2023** – OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

CBMAQ – COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.239.764/0002-31, sediada na RUA PACOVÁ, 15, QUADRA 41, LOTE 168, SALA 04, BAIRRO SANTA GENOVEVA, GOIÂNIA-GO, CEP: 74.672-37, Telefone 61 3204-0909, fax 61 3204-0928, e-mail csc20@cbmaq.com.br, neste ato representada por seu procurador, tempestivamente, vem, com fulcro no art. 24, do Decreto Federal 10.024/2019 c/c art. 41, da Lei nº 8666/93, em tempo hábil, à presença de Vossas Excelências a fim de

IMPUGNAR

os termos do Edital em referência, que adiante especifica, o que faz na conformidade seguinte:

I – DA TEMPESTIVIDADE

De início, se verifica que a presente impugnação cumpre o requisito da tempestividade, pois conforme item 28.1 do edital, o protocolo poderá ser através do e-mail: licitacaopmnf@gmail.com e no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data designada para abertura do certame.

Desta forma, tendo em vista que a sessão de licitação está marcada para 23/01/2024 (sexta-feira), o último dia para o protocolo se dará em 18 de janeiro de 2024 (quinta-feira).

A referida contagem de prazo, encontra amparo nas Disposições Gerais do próprio edital que vem assim redacionada:

28.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Processo Nº:	1333/24
Rubrica:	Fls: 4

Assim, resta totalmente tempestiva a apresentação desta impugnação, de forma que este Peticionário pugna pelo seu devido recebimento e processamento por este órgão.

II – DOS FATOS

Foi publicado o Pregão Eletrônico nº 233/2023, cujo objeto consiste aquisição de equipamentos, para atender as necessidades da secretaria de agricultura e desenvolvimento rural.

Ocorre que no item 6.9 do Termo de Referência existe a seguinte exigência:

*6.9 Para efeitos de assistência pós venda, **só poderão fornecer os itens do presente edital, concessionárias ou distribuidores que tenham base/Sede estabelecida em um raio de no máximo 160 km da Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.***
(Original sem grifos)

Tais exigências não encontram amparo na legislação, tampouco possuem justificativas técnicas, revelando uma indevida restrição ao caráter competitivo do certame. A consequência da exigência apontada é a diminuição dos concorrentes que, por tais exigências tão específicas e restritivas, não possibilita a ampla participação, faz uso de exigência que não interfere no fornecimento, na entrega e muito menos no desempenho ou durabilidade do item licitado, limita totalmente a participação de outras empresas em âmbito nacional, fazendo dirigismo licitatório e regionalizando o pregão a uma marca que consiga atender a uma descabida exigência de limite de área para participação, totalmente desmotivada e sem base legal alguma, privilegiando empresas dentro de um círculo privilegiado no Rio de Janeiro.

É de suma importância ressaltar que, tal assunto foi tratado recentemente pelo Tribunal de Contas da União dando ciência à CODEVASF de se tratar de uma impropriedade tal exigência, como segue abaixo um trecho:

ACÓRDÃO Nº 2311/2020 - TCU - Plenário
Processo TC-028.257/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)
Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.6.1. dar ciência à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução – TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades / falhas, identificadas no item 8.1.2, c, do Termo de

Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico 10/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes: exigência irregular, para fins de habilitação ou aceitabilidade da proposta, E NÃO APENAS DA LICITANTE VENCEDORA, no momento da contratação, de possuir assistência técnica autorizada no Estado do TO, tendo em vista se impor custos prévios aos licitantes, podendo atuar como fator de restrição à competitividade do certame, em afronta à jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 2.001/2019-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; 1.284/2018-TCU-Plenário, Ministro Relator Benjamin Zymler; 891/2018-TCU-Plenário, Ministro Relator José Mucio Monteiro; 539/2015-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; 2.103/2005-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; e Sumula - TCU 272). (Original sem grifos)

Conforme impugnado em editais anteriores, foi demonstrado que tal exigência limita totalmente a participação de empresas que operam a nível nacional, prestam assistência técnica “in loco” e “on site” em todo o território brasileiro, com mecânicos formados em fábrica, porém o não é CONCESSIONÁRIO OU DISTRIBUIDOR COM SEDE OU BASE A 160KM DO MUNICÍPIO LICITANTE.

Cumpre salientar, que está plenamente claro que é um requisito para habilitação e que impede a participação do licitante o que por si só cerceia a participação, pois não poderá participar quem não for concessionárias ou distribuidores que tenham base/Sede estabelecida em um raio de no máximo 160 km da Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, estando totalmente regionalizada o presente certame.

Este é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

“Qualquer restrição em relação ao objeto da licitação deve ter como fundamento razões aptas a justificarem que a finalidade e o interesse público reclamam por tal exigência de forma irremediável. Sem tal justificativa a restrição deve ser tomada por ilegal (art. 3º, § 1º, inc. I).”
“Direcionar o edital de uma compra com as características de determinado conjunto de fornecedores não tem nenhuma convergência com o trabalho de especificar corretamente o objeto pretendido para um determinado processo de licitação.” -conforme entendimento do TCU no Acórdão 641/2004 – Plenário.”
 (Original sem grifos)

A PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO não pode olvidar o ACÓRDÃO Nº 2311/2020 - TCU – Plenário, acima citado, do Tribunal de Contas da União dando ciência da Improbidade cometida em editais quando há essa exigência.

Importante trazer à baila o fato de, essa exigência das licitantes serem concessionárias ou distribuidores que tenham base/Sede estabelecida em um raio de no máximo 160 km da Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, restringindo participantes **não tem outra justificativa senão segregar marcas internacionais e revendedores.**

É evidente a afronta às Jurisprudências do TCU (Acórdãos 2.001/2019-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; 1.284/2018-TCU-Plenário, Ministro Relator Benjamin Zymler; 891/2018-TCU-Plenário, Ministro Relator José Mucio Monteiro; 539/2015-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; 2.103/2005-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; e Sumula - TCU 272), caso seja mantido o edital como está.

Assim, o texto com as referidas exigências, visando ampliar o número de participantes deve ser alterada, sendo inserida a possibilidade de participação de empresas que possuem capacidade de participar, atendam assistência técnica em todo território nacional, mas, não se enquadram ao que se exija, **“concessionárias ou distribuidores que tenham base/Sede estabelecida em um raio de no máximo 160 km da Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.”**

A Lei de Defesa do Consumidor estabelece responsabilidade solidária ao fornecedor ou fabricante para a garantia e “Assistência Técnica” do produto ou serviço, conforme Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990, in verbis:

*“Art. 25. É vedada a estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenue a obrigação de indenizar prevista nesta e nas seções anteriores. § 1º Havendo mais de um responsável pela causação do dano, **todos responderão solidariamente pela reparação prevista nesta e nas seções anteriores.** (Original sem grifos)*

E ainda, o artigo 24 vincula o fornecedor a prestar a garantia, independentemente da relação existente com territorialidade:

“Art. 24. A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.”

Portanto, não há razão para exigir, das empresas interessadas em participar do certame sejam obrigatoriamente **concessionárias ou**

distribuidores que tenham base/Sede estabelecida em um raio de no máximo 160 km da Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, mesmo porque, o instrumento convocatório deverá fixar o prazo de garantia e as condições rigorosas que a Contratada deverá cumprir sem a delimitação geográfica e sem qualquer isenção ou privilégio.

Mantendo as exigências acima apontadas, acaba por frustrar todo o caráter competitivo do certame em tela, além de não tratar com isonomia todos os licitantes por apenas regionalizar o certame com exigência já definida pelo Tribunal de Contas da União como “Impropriedade/Falha”, que não tem nenhum caráter técnico operacional que justifique tal pedido, criando reserva de mercado e dirigismo licitatório; tal exigência é claramente ilegal, nos termos do art. 3º, inciso II da Lei Federal nº: 10.520/02, **sujeitando os agentes envolvidos nessa ilegalidade às consequências previstas na legislação.**

III – DOS PEDIDOS

Por todo exposto, requer a impugnante:

- a) O reconhecimento, apreciação e decisão em face da impugnação no prazo legal com sua disponibilização.
- b) O enfrentamento da matéria impugnada e a resposta, com indicação do FUNDAMENTO DE FATO, TÉCNICO, JURÍDICO E LEGAL na decisão, sobre o motivo pela qual está sendo feita as exigências acima apontadas;
- c) Que seja retirado do Edital em tela as exigências acima atacadas e republicada o edital escoimado de vícios.
- d) No caso de não provimento ao solicitado, serão encaminhadas cópias da presente impugnação ao Tribunal de Contas União haja vista se tratar de aplicação de verbas federais oriundas de convênio com o MAPA e ao Ministério Público para que tomem conhecimento das irregularidades acometidas neste edital.

Nestes termos
Pede deferimento



Brasília-DF, 18 de janeiro de 2024.

DANIEL FERNANDO JESUS DA SILVA
CBMAQ – COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS

CPF: 004.810.225-38

RG: 6.342.349 – SSP - GO

CNPJ nº 11.239.764/0001-50

Daniel Fernando Jesus da Silva

C. I.: 6342349-SSP-GO

CPF: 004.810.225-38

Procurador

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">53202197518</div>			Código da Natureza Jurídica <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">2062</div>	
Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;"></div>			<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;"> Processo Nº: 1333 / 24 Rubrica Fls: 8 </div>	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MAQUINAS LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

 DFN2212191184

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/TITULAR / ADMINISTRADOR

BRASILIA
Local

23 Janeiro 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____

Data
Responsável

☐ NÃO ____/____/____

Data
Responsável

Processo em Ordem À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES






JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

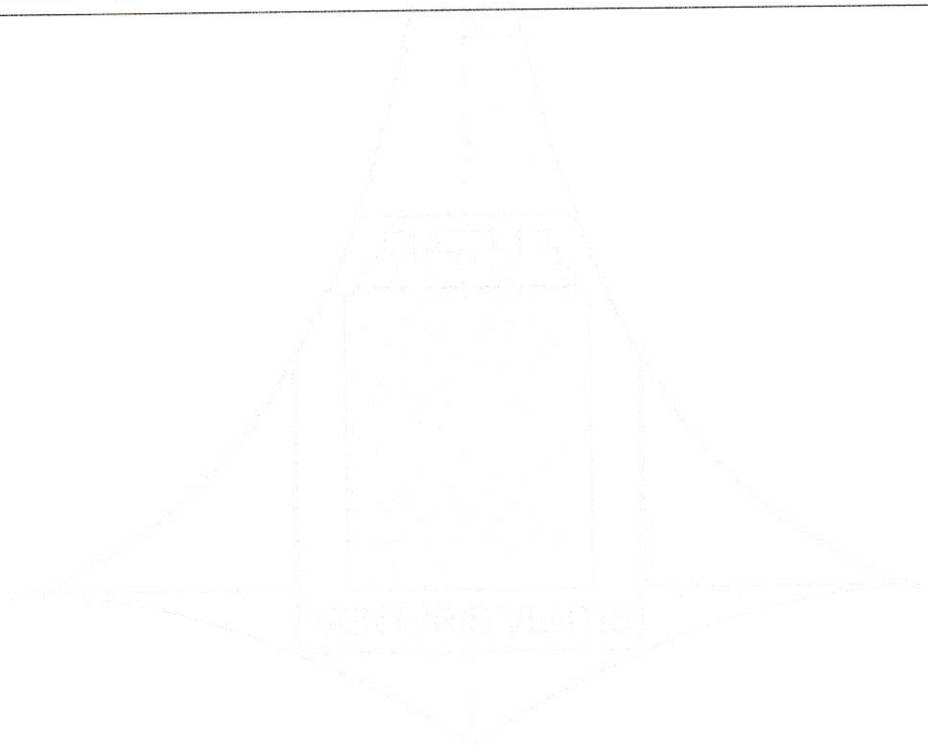
Registro Digital

Processo Nº: 1333 124
Folha: 6 FLS: 9

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/005.139-1	DFN2212191184	13/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
392.443.691-68	ELIANA BRANT ROCHA DE FARIA	23/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br  ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1999902 em 23/01/2023 da Empresa CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 11239764000150 e protocolo DFN2212191184 - 13/01/2023. Autenticação: 9CB5036EBE4CE5665DFF052A3FFAE8EDBEBBB. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/005.139-1 e o código de segurança 6QG3. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/01/2023 por Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

**8ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE
CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS LTDA**

CNPJ: 11.239.764/0001-50

NIRE: 5320219751-8

ELIANA BRANT ROCHA DE FARIA, brasileira, viúva, empresária, portadora do RG nº 795.484 SSP/DF e do CPF nº. 392.443.691-68, residente e domiciliada na SQS 212 Bloco J Apartamento 601 CEP: 70.275-100, Brasília – Distrito Federal, **ÚNICA** sócia da **CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MAQUINAS LTDA**, matriz com sede no **SETOR SCIA, QUADRA 14 CONJUNTO 11 LOTE 04 PARTE A – CEP. 71.250-155 – BRASÍLIA/DF**, registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE 53.2.0219751-8, em 08/10/2009 e inscrito no CNPJ sob nº 11.239.764/0001-50 e filial na: Rua Pacova 15 Quadra 41 Lote 168 Sala 04, Bairro Santa Genoveva, CEP: 74.672 – 370, Goiânia – GO, registrada na Junta Comercial do Goiás sob o NIRE nº 52900737207, em 19/09/2016 inscrito no CNPJ sob nº 11.239.764/0002-31, **filial 2** com sua sede na Quadra 706 Sul Alameda 06 Lote 29 Stand 3M, Plano Diretor Sul, Palmas, Tocantins, CEP: 77.022-380. NIRE nº 1790038610-4 e CNPJ nº 11.239.764/0003-12, resolve assim, alterar e consolidar a sociedade, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

AUMENTO DE CAPITAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: O capital social que é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), divididos em 500.000 (quinhentas mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado, terá aumento de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), totalizando R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), divididos em 3.000.000 (três milhões) de quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, subscritas e parcialmente integralizadas, em moeda corrente do País, conforme descrição:

1 - R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), divididos em 500.000 (quinhentas mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real), subscritas e totalmente integralizadas em moeda corrente do país.

2 - R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), divididos em 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real), subscritas, a serem integralizados em moeda corrente do país, em 10 parcelas de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), com a primeira vencendo em dezembro de 2023 e as demais nos meses de dezembro dos anos subsequentes.

Com as mudanças acima, ficou assim o novo quadro societário:

SÓCIO	QUOTAS	CAPITAL		
		INTEGRALIZADO	A INTEGRALIZAR	TOTAL
ELIANA BRANT ROCHA DE FARIA	3.000.000	500.000,00	2.500.000,00	3.000.000,00



CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade terá como nome empresarial a denominação social **CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS LTDA** e em nome fantasia **CBMaq**.

DA SEDE

CLÁUSULA SEGUNDA: A matriz da sociedade tem sua sede em SETOR S.C.I.A Quadra 14 Conjunto 11 Lote 04 Parte A, Brasília, Distrito Federal, CEP: 71.250-155. NIRE: 5320219751-8, em 08/10/2009 e CNPJ: 11.239.764/0001-50, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Parágrafo 1º: A filial 1 tem sua sede na: Rua Pacova 15 Quadra 41 Lote 168 Sala 04, Bairro Santa Genoveva, CEP: 74.672 -370, Goiânia – GO. NIRE nº 5290073720-7 e CNPJ nº 11.239.764/0002 -31, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Parágrafo 2º: A filial 2 tem sua sede na Quadra 706 Sul Alameda 06 Lote 29 Stand 3M, Plano Diretor Sul, Palmas, Tocantins, CEP: 77.022-380. NIRE nº 1790038610-4 e CNPJ nº 11.239.764/0003-12, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA: O capital social é R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), divididos em 3.000.000 (três milhões) de quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, subscritas e parcialmente integralizadas, em moeda corrente do País, conforme descrição:

1 - R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), divididos em 500.000 (quinhentas mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real), subscritas e totalmente integralizadas em moeda corrente do país.

2 - R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), divididos em 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real), subscritas, a serem integralizados em moeda corrente do país, em 10 parcelas de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), com a primeira vencendo em dezembro de 2023 e as demais nos meses de dezembro dos anos subsequentes.

Com as mudanças acima, ficou assim o novo quadro societário:

SÓCIO	QUOTAS	CAPITAL		
		INTEGRALIZADO	A INTEGRALIZAR	TOTAL
ELIANA BRANT ROCHA DE FARIA	3.000.000	500.000,00	2.500.000,00	3.000.000,00



DO LUCRO APURADO

CLÁUSULA QUARTA: Os lucros apurados em balanço patrimonial poderão ser distribuídos conforme determinação do sócio majoritário, independente da participação individual de cada sócio no capital social da empresa (Art.1007 Código Civil), mas normalmente serão mantidos como reservas de lucros.

DO OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA QUINTA: O objeto social da empresa é: comércio, por conta própria e de terceiros, importação e exportação de produtos agroindustriais, rodoviários e da construção civil; locação de máquinas e equipamentos para construção, pavimentação, terraplanagem de rodovias e veículos automotores nacionais e estrangeiros, atividades condominiais, distribuição, atividade mercantil, industrialização e intermediação de negócios, no varejo e no atacado de produtos, materiais, utensílios, suprimentos, peças e acessórios, máquinas e equipamentos nacionais e estrangeiros das indústrias de: construção civil, rodoviária, agricultura, pecuária, agropecuária, cereais em geral, saneamento, silos e armazéns, secadores e selecionadores, veículos automotores pesados e leves, pneus e acessórios utilitários, recreação, terrestres, aéreos e náuticos, veículos de tração animal, informática e processamento de dados, combustíveis e lubrificantes, derivados de petróleo, elétrica, hidráulica, coberturas e isolantes acústicos, térmicos, pavimentação, impermeabilização, drenagem, pintura, forração e adesivos, ferramentas e oficinas, motores e grupos geradores em geral e prestação de serviços de assistência técnica em máquinas e equipamentos.

ÁREA DE ATUAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA: A **CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS LTDA** poderá comercializar os produtos que distribui em diferentes territórios daquele em que atualmente há filial instalada e operacional.

DA DURAÇÃO DAS ATIVIDADES

CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade iniciou suas atividades em 20/08/2009 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

DA CESSÃO DE QUOTAS e DA OBRIGAÇÃO DE VENDA CONJUNTA (DRAG ALONG)

CLÁUSULA OITAVA: As quotas dos sócios minoritários não poderão ser cedidas ou transferidas, no todo ou em parte a terceiros sem o consentimento por escrito da sócia majoritária Eliana, que poderão exercer por prazo indeterminado o direito de preferência na aquisição das mesmas, pelo valor nominal das quotas.

Parágrafo Único: As Partes/Sócios que, em conjunto, sejam titulares de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das quotas ("Partes do Drag Along"), e que desejem alienar a



totalidade das mesmas a terceiros (não relacionados com as Partes), terão o direito de exigir que quaisquer dos demais sócios alienem, em conjunto com as Partes do Drag Along, a totalidade das quotas de que são titulares, nas mesmas condições, inclusive de preço por quota. Para os fins deste contrato, o termo "Drag Along" significa o direito de determinar a venda conjunta das quotas e o termo "Partes do Drag Along" significa as Partes/Sócios que podem exercer o direito de determinar a venda conjunta das quotas.

DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

CLÁUSULA NONA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA DÉCIMA: A sociedade será administrada pelo sócio: **ELIANA BRANT ROCHA DE FARIA**.

Parágrafo 1º: Em negócios que impliquem alienação ou compra de bens imóveis, acima de 50 (cinquenta) salários mínimos e financiamentos de qualquer natureza, será exigida sempre a assinatura do outro sócio.

Parágrafo 2º: Fica expressamente proibido o uso da denominação social em negócios alheios aos interesses da sociedade, tais como: avais, fianças, endossos de favor, cartas de créditos e outros de idêntica natureza, isto não só aos sócios, como também a procuradores que porventura venham a administrar a sociedade. Responderá individualmente aquele que assim o fizer pelos danos e perdas que possam advir da inobservância deste parágrafo.

Parágrafo 3º: No impedimento de um dos sócios, o mesmo outorgará poderes ao outro sócio ou a terceiros para representá-lo.

Parágrafo 4º: A assinatura da sócia **ELIANA BRANT ROCHA DE FARIA** é válida em conjunto ou separadamente inclusive para nomeação de procuradores para representar a firma.

Parágrafo 5º: O uso da denominação social é de competência exclusiva da sócia, **ELIANA BRANT ROCHA DE FARIA**.

Parágrafo 6º: O sócio **ELIANA BRANT ROCHA DE FARIA** será investido da seguinte funções: Eliana, Diretora Presidente.

EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, os lucros ou perdas apuradas.



Parágrafo Único: A administração da sociedade poderá, a qualquer tempo, levantar Demonstrações Financeiras e antecipar a distribuição dos lucros, em função dos resultados apurados.

DELIBERAÇÕES SOCIAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

RETIRADA DO PRO LABORE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os sócios poderão de comum acordo feito por escrito, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore," com o valor mínimo possível, observadas disposições regulamentares pertinentes e sabedores que o destino dos lucros apurados é normalmente retido como reservas de lucros

DESLIGAMENTO DE SÓCIOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Ressalvadas as previsões da cláusula sétima, em caso de retirada, interdição, inabilitação ou falecimento de qualquer um dos sócios, a sociedade poderá ser ou não dissolvida, devendo o (s) sócio (s) remanescente (s) proceder (em) a um balanço geral extraordinário na empresa no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data do evento. Os haveres apurados serão transformados em UFIR ou em outra unidade padrão de capital equivalente e deverão ser pagos em moeda corrente do País, ao sócio retirante e aos herdeiros, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, se houver reserva de lucros suficientes, da seguinte maneira: 20% (vinte por cento) em moeda corrente, após 150 (cento e cinquenta) dias da apuração final e o restante 80% (oitenta por cento) em 10 (dez) parcelas iguais com vencimentos mensais e sucessivos a contar de 180 (cento e oitenta) dias do primeiro pagamento de 20%.

Parágrafo 1º: Ressalvadas as previsões da cláusula sétima, para apuração dos haveres de cada sócio no balanço geral considerar-se-ão os lucros suspensos, reservas, provisões, reavaliações, depreciações e reajustamento de direito, principalmente para o valor de imóveis que a sociedade então possua, os quais deverão ter avaliação idônea. Isso considerado deverá ser calculado o patrimônio líquido da sociedade.

Parágrafo 2º: A dissensão entre os sócios, não será motivo para que se requeira a dissolução judicial da sociedade, a não ser que nenhum dos sócios tenha condições de continuar o negócio, pagando ao dissidente sua parte calculada na forma aqui prevista, ressalvadas as previsões da cláusula sétima.



SOBRE OS SÓCIOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A Administradora declara, sob as penas da lei, que no momento atual não se encontra impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro de Brasília/DF para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.
Estando os sócios justos e contratados assinam o presente instrumento.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

ELIANA BRANT ROCHA DE FARIA




JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Processo Nº:	1333/24
Rubrica	Fls: 16

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/005.139-1	DFN2212191184	13/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
392.443.691-68	ELIANA BRANT ROCHA DE FARIA	23/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br 		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal



DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL REGISTRO DIGITAL

Eu, ELIANA BRANT ROCHA DE FARIA, BRASILEIRA, VIUVO, EMPRESARIA, DATA DE NASCIMENTO 05/03/1943, RG Nº 795.484 SSP-DF, CPF 392.443.691-68, QUADRA SQS 212 BLOCO J, Nº 601, APARTAMENTO, BAIRRO ASA SUL, CEP 70275-100, BRASILIA - DF, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Brasilia, 23 de janeiro de 2023.

ELIANA BRANT ROCHA DE FARIA
Assinatura Eletrônica Avançada







TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MAQUINAS LTDA, de CNPJ 11.239.764/0001-50 e protocolado sob o número 23/005.139-1 em 13/01/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1999902, em 23/01/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador RAFAELA NASCIMENTO SILVA.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.



Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
392.443.691-68	ELIANA BRANT ROCHA DE FARIA	23/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
392.443.691-68	ELIANA BRANT ROCHA DE FARIA	23/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Declaração Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
392.443.691-68	ELIANA BRANT ROCHA DE FARIA	23/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 23/01/2023



Documento assinado eletronicamente por RAFAELA NASCIMENTO SILVA, Servidor(a) Público(a), em 23/01/2023, às 12:12.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisdf informando o número do protocolo 23/005.139-1.



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Processo Nº:	1333	124
Rubrica	B	Fis: 19

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO

Brasília. segunda-feira, 23 de janeiro de 2023



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1999902 em 23/01/2023 da Empresa CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 11239764000150 e protocolo DFN2212191184 - 13/01/2023. Autenticação: 9CB5036EBE4CE5665DFF052A3FFAE8EDBEBB. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/005.139-1 e o código de segurança 6QG3. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/01/2023 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

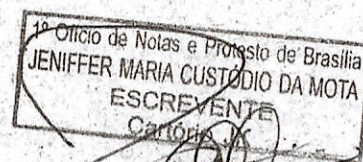
PROCURAÇÃO bastante que faz **CBMAQ - COMPANHIA BRASILEIRA DE MAQUINAS LTDA** na forma abaixo:

SAIBAM quantos este público instrumento de **PROCURAÇÃO** virem que aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois (14/10/2022) nesta cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, perante mim Escrevente, compareceu como outorgante, **CBMAQ - COMPANHIA BRASILEIRA DE MAQUINAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no SCIA, Quadra 14, Conjunto 11, Lote 04, Parte A, Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o número 11.239.764/0001-50 e sob o NIRE número 5320219751-8; e sua filial, **CBMAQ - COMPANHIA BRASILEIRA DE MAQUINAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Caiapó, Quadra 88, Lotes 59-65, nº 1103, Parte, Setor Santa Genoveva, Goiânia/GO, inscrita no CNPJ sob o número 11.239.764/0002-31 e sob o NIRE número 52900737207; ambas neste ato representadas por sua sócia administradora **ELIANA BRANT ROCHA DE FARIA**, brasileira, declara-se viúva, aposentada, portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº 00572003826-DETRAN/DF, na qual consta a CI nº 795484-SSP/DF e inscrita no CPF/MF sob nº 392.443.691-68, residente e domiciliada na SQS 212, Bloco J, Apartamento 601, Asa Sul, Distrito Federal; reconhecida e identificada como a própria, do que dou fé. E, por ela me foi dito que, por este instrumento público nomeia e constitui seu bastante procurador, **DANIEL FERNANDO JESUS DA SILVA**, brasileiro, divorciado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade nº 6342349-SSP/GO e inscrito no CPF/MF nº 004.810.225-38, residente e domiciliado na QI 416, Conjunto 01, Lotes 01/16, Bloco B, Apartamento 907, Residencial das Palmeiras, Samambaia, Distrito Federal; **(dados fornecidos por declaração)**, a quem confere especiais poderes para praticar os seguintes atos: a)- representar a empresa Outorgante perante os órgãos Públicos Administrativos, Autárquicos e Cartórios em geral, Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, GDF, seus Departamentos, Administrações e Secretarias, Pessoas Físicas e Jurídicas, de direito público ou privado, Junta Comercial do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, Sociedade de Economia Mista, Estatais, Paraestatais, Ministérios, Delegacia Regional do Trabalho, DOT - Delegacia de Obrigações Tributárias, Sindicatos, Comércio e Indústrias, PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL, INSS, RECEITA FEDERAL DO BRASIL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIAS, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO e onde mais com esta se apresentar e for necessário, podendo: requerer, alegar e assinar o que for preciso, juntar, apresentar e retirar documentos, apresentar e assinar quaisquer guias, requerer certidões, alvarás diversos e demais autorizações, solicitar, emitir e retirar certificado digital, fazer levantamento de situação fiscal, cadastramento de senha e procurações eletrônica, apresentar declarações de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, requerer e dar entrada em parcelamentos, abrir, acompanhar e dar andamento a processos, pedir vistas, cumprir exigências, dar e receber quitação de processos judiciais, tomar ciência de despachos, receber importâncias, seja a que título for, dar e aceitar recibos e quitações de compra e venda de mercadorias do ramo da empresa; b)- admitir e/ou demitir empregados, assinar e/ou da baixa em Carteiras de Trabalho, fixar ordenados e atribuições, promover e efetuar alterações e/ou anotações em Carteiras de Trabalho, nomear prepostos junto a DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO, TRT - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO e/ou VARA DO TRABALHO; c)- assinar contratos, distratos e aditivos contratuais de prestação de serviço, ajustar cláusulas e condições; d)- participar de concorrências, públicas e/ou particulares, licitações, tomadas de preços, pregões, cartas-convites, retirar Editais, participar de aberturas de licitações, dar lances, acordar, concordar, discordar, interpor recursos, prestar declarações e informações; e)- constituir Advogados com os poderes da cláusula AD-JUDICIA e os mais necessários perante qualquer Instância, Foro ou Tribunal, em Juízo ou fora dele; f)- DETRAN, CONTRAN, DER, DNER, DNIT, INSPETORIA DE TRANSITO, DELEGACIAS DE ROUBOS E FURTOS DE VEICULOS, SECRETARIA DE FAZENDA, CPE, DFTRANS, POLICIA RODOVIÁRIA, CIVIL e MILITAR, podendo requerer, alegar e assinar o que for preciso, juntar, apresentar e retirar documentos, requerer e retirar 2ª via de documentos de veículos em nome da empresa, inclusive CRV(DUT), CRLV, carnê de IPVA, requerer certidão negativa de roubos e furtos, nada consta de multas, prontuários, pagar

taxas e emolumentos necessários, requerer atualização de endereços, requerer e retirar segunda via de multas, recorrer de multas, requerer anistia de multas ocorridas em barreiras eletrônicas e/ou pardais, caso seja necessário, promover e efetuar parcelamento de multas e/ou IPVAs, quitar saldo devedor, requerer e retirar carta de quitação, promover e efetuar baixa da alienação fiduciária, promover emplacements, licenciamentos, vistorias, liberar veículos do Depósito de Veículos Apreendidos se necessário for, dirigir e autorizar terceiros a dirigir veículos por todo Território Nacional, comunicar acidentes, tomar ciência de laudos periciais; enfim, praticar os demais atos necessários ao fins deste mandato. **VEDADO O SUBSTABELECIMENTO. A PRESENTE TEM VALIDADE ATE aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro (14/10/2024). (Lavrada sob minuta).** O(s) nome(s) e dados do procurador e os elementos relativos ao(s) objeto(s) do presente instrumento foi(ram) fornecido(s) e conferido(s) pela outorgante, que por eles se responsabiliza(m). Dispensadas as testemunhas nos termos da Lei nº 10.406 de 10/01/2002. Guia de custas nº 80574518, paga no valor de R\$ 60,06, sendo R\$57,20 referente a Tabela "F" Item IV, Decreto Lei 115/67 e Resolução nº 03 de 17.12.2021 publicada 21.12.2021 – TJDF e R\$ 2,86 referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer natureza – ISS, LC 116/2003 e LC 1009 de 17/05/2022 publicado no DOE em 20/05/2022. E, de como assim o disse(ram), do que dou fé, me pediu(ram) e lhe(s) lavrei a presente, que feita, lida em voz alta ao(s) outorgante(s), achada conforme, outorgou(ram), aceitou(ram) e assina(m). Dou fé. Eu, JENIFFER MARIA CUSTODIO DA MOTA, ESCRIVENTE, a lavrei, li, conferi os documentos e encerro colhendo a(s) assinatura(s). MARCO ANTONIO BARRETO DE AZEREDO BASTOS JUNIOR, Tabelião Substituto, a subscrevo (a.a.), ELIANA BRANT ROCHA DE FARIA. Nada mais. Traslada em seguida. Eu, a subscrevo, dou fé e assino em público e raso.



Selo: TJDF20220011226034HPCU
Consulte o selo em www.tjdft.jus.br



EM TESTEMUNHO () DA VERDADE



5 OFÍCIO DE NOTAS, REGISTRO CIVIL E PROTESTOS DO DF
Tabela: EMIVAL MOREIRA DE ARAUJO - Q2 02, LOTE N, AREA ESPECIAL GUARÁ I - DF

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO, para os devidos efeitos, a presente fotocópia, que é reprodução fiel do documento que me foi apresentado, nos termos da Lei n 8.936 de 18.11.1994.

29 de Janeiro de 2019
VALDÊNIA SOARES LIMA-ESCREVENTE
Selo: TJDFT20190400042343LSPL
Para consultar o selo www.tjdft.jus.br



Não foi possível visualizar o arquivo

Houve um problema ao carregar mais páginas. Tentando novamente...

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 233/2023

Processo Licitatório nº: 435/2022

Processo de Impugnação nº: 1.333/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

IMPUGNANTE: CBMAQ - COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS - CNPJ sob o nº 11.239.764/0002-31.

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa CBMAQ - COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 233/2023.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos



Comissão de Pregão I
colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante que a exigência de que empresas interessadas em participar do certame sejam obrigatoriamente concessionárias ou distribuidores que tenham base/Sede estabelecida em um raio de no máximo 160 km da Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, não encontraria amparo na legislação, tampouco possuiria justificativas técnicas e comprometeria o caráter competitivo do certame.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Em face do exposto, requer:

A) O reconhecimento, apreciação e decisão em face da impugnação no prazo legal com sua disponibilização.

b) O enfrentamento da matéria impugnada e a resposta, com indicação do FUNDAMENTO DE FATO, TÉCNICO, JURÍDICO E LEGAL na decisão, sobre o motivo pela qual está sendo feita as exigências acima apontadas;

c) Que seja retirado do Edital em tela as exigências acima atacadas e republicada o edital escoimado de vícios.

d) No caso de não provimento ao solicitado, que sejam encaminhadas cópias da presente impugnação ao Tribunal de Contas União, haja vista se tratar de aplicação de verbas federais oriundas de convênio com o MAPA e ao Ministério Público para que tomem conhecimento das irregularidades acometidas neste edital.

IV. DO MÉRITO

Comissão de Pregão I
07 - Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 28.2 do edital e que, após análise, o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Informo que a licitação em tela se encontra marcada para o dia 23 de janeiro de 2024 e, caso necessário, será suspensa *Sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 19 de janeiro de 2024.

**LEONARD
O GABRIG
PEIXOTO:1
0858597705**

Assinado digitalmente por LEONARDO
GABRIG PEIXOTO:10858597705
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
SOLUTI Multipla v5, OU=
23466245000104, OU=Presencial, OU
=Certificado PF A3, CN=LEONARDO
GABRIG PEIXOTO:10858597705
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Data: 2024.01.19 14:31:21-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro- Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934

Processo nº 1333/2024
0435/2022

Data: 22/01/2024

Folha: nº 26

Rubrica: 

De: Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Para: Controladoria Geral

Sr. Sr. João Figueiró

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por este dar nosso parecer acerca do pedido de impugnação, da empresa **CBMAQ – COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS – CNPJ Nº 11.239.764/0002-31**, do pregão eletrônico nº 233/2023 marcado para 23/01/2024 às 10:00 horas.

A impugnante é interessada em participar desta licitação, mas o edital especifica que para efeitos de assistência técnica pós venda, só poderão fornecer os itens do presente edital, concessionárias ou distribuidores que tenham base/Sede estabelecida em um raio de no máximo 160Km da Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo. Processo nº 0435/2022, página nº 483.

O fato da exigência da assistência técnica a 160 km da Prefeitura, se dá pela economicidade nos processos de manutenção de revisões dos equipamentos na garantia, conforme abaixo explicado:

- 01) Otimizará as revisões da máquina, nos serviços de restauração das estradas vicinais, que são utilizadas pelos produtores rurais para escoamento da produção agrícola, além de todos os serviços da área rural como: (Transporte escolar, ambulância, transporte público etc...), dependem dessas máquinas e o pronto atendimento em menor tempo.
- 02) O serviço não será interrompido por demora na manutenção, e nas possíveis vindas dos técnicos para atender o Município.
- 03) Proporcionará a PMNF, conduzir a fiscalização do contrato firmado em relação ao cumprimento da garantia dos equipamentos.
- 04) Economicidade para o Município em relação ao Frete, quando for necessário o transporte das máquinas para troca de alguma peça na garantia.

Com isso, temos que observar o interesse público a economicidade do Município, em minimizar o tempo de espera de uma revisão ou até mesmo de uma avaria de grande proporção. Assistimos aproximadamente 2624 produtores rurais, a produção agrícola no Município de Nova Friburgo se caracteriza como agricultura familiar intensiva e diversificada, além de ser um importante polo regional de desenvolvimento econômico, e nesse cenário tem expressivo destaque principalmente nas atividades de olericultura, fruticultura e a floricultura de corte.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROCESSO Nº.	1333/2024
DATA	22 / 01 / 2024
FOLHAS Nº.	27
RECEBIDA	

Não podemos colocar em risco o escoamento da produção agrícola do Município, por demora de restauração de estradas, retirada de barreiras etc..., por máquinas inoperantes em função do tempo de atendimento da garantia, no caso de avaria e até mesmo nas revisões por conta do fornecedor que está previsto no edital e no termo de referência (página nº 481).

Em relação ao interesse público, é vital que a assistência técnica preventiva seja feita rigorosamente, a fim de manter o equipamento em funcionamento e sejam evitadas ao máximo, as paradas mecânicas e em consequência transtornos nas estradas.

A licitação é um procedimento administrativo, formado por uma série de atos sucessivos coordenados, destinada, de um lado, atender ao interesse público, e de outro, a garantir a legalidade, de modo que os licitantes possam disputar entre si o objeto da licitação.

Os agentes públicos devem nortear suas ações tendo como premissa fundamental o cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública. O mandatário do Município e seus servidores, possuem a prerrogativa da discricionariedade na definição e determinação dos bens e serviços que pretendem contratar, com o intuito de atender o interesse público.

O Artigo 3º da Lei 8.666/93, trata dos princípios constitucionais que devem ser respeitados nas contratações públicas. Citamos o conteúdo do Artigo:

“Artigo 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Atenciosamente,

Jubher Lima

Subsecretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural





PROCESSO Nº 1333
DATA 22 / 01 / 24
Folhas Nº 28 Rubrica 9

Processo: 1333/2024

Requerente: CBMAQ - Companhia Brasileira de Máquinas

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 233 de 2023 - Processo Licitatório n. 0435/2022

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 233 de 2023 - Processo Licitatório n. 0435/2022, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de equipamentos para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Em síntese, a recorrente afirma às fls. 03/07 que a exigência contida no item 6.9 do Termo de Referência não encontra amparo na legislação, tampouco possui justificativa técnica, revelando indevida restrição ao caráter competitivo do certame, uma vez que limita a participação de empresas que operam a nível nacional, prestam assistência “*in loco*” e “*on site*” em todo o território brasileiro, com mecanismos formados em fábrica, porém não concessionário ou distribuidor com sede ou base a 160 km do Município licitante.

Às fls. 8/22 foram anexadas documentações referentes a pessoa da impugnante, com o desiderato de comprovar a sua legitimidade quanto ao pleito apresentado em face da Administração Pública Municipal.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 23/25, encaminhou os autos à Secretaria Municipal de Agricultura para pronunciamento de ordem técnica.



A Secretaria Municipal de Agricultura, em decisão de fls. 26/27, negou provimento à impugnação, justificando que a exigência de assistência técnica a 160 km do Município se dá pela economicidade nos processos de revisões dos equipamentos na garantia, devendo ser observado o interesse público e economicidade, minimizando o tempo de espera de uma revisão ou até mesmo de uma avaria de grande porte, uma vez que o Município assiste aproximadamente 2624 produtores rurais e a produção agrícola no Município se caracteriza como agricultura familiar intensiva e diversificada, além de ser um importante polo regional de desenvolvimento econômico, tendo expressivo destaque na atividades de olericultura, fruticultura e floricultura de corte.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria para análise da legalidade.

É o relatório.

II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 19/01/2024 é tempestiva, em conformidade com o art. 41, § 2º da Lei n. 8.666/93, tendo em vista que a realização do Pregão estava marcada para 23/01/2024.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.



§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Agricultura a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Neste ponto, verifica-se que a Secretaria Municipal de Agricultura, em manifestação de fls. 26/27, respondeu os pontos técnicos impugnados, justificando a exigência do item 6.9 do Termo de Referência, negando provimento à impugnação.

O Termo de Referência é parte integrante do Edital de Licitação, refletindo questões técnicas e práticas que a vivência administrativa da Secretaria solicitante vem a justificar a exigência, primando pela eficiência administrativa.

Para tanto, a Secretaria Municipal de Agricultura justifica que a exigência de assistência técnica a 160 km do Município se dá pela economicidade nos processos de revisões dos equipamentos na garantia, devendo ser observado o interesse público e economicidade, minimizando o tempo de espera de uma revisão ou até mesmo de uma avaria de grande porte, uma vez que o Município assiste aproximadamente 2624 produtores rurais e a produção agrícola no Município se caracteriza como agricultura familiar intensiva e diversificada, além de ser um importante polo regional de desenvolvimento econômico, tendo expressivo destaque na atividades de olericultura, fruticultura e floricultura de corte.



Aduz, ainda, que não pode “colocar em risco o escoamento da produção agrícola do Município, por demora de restauração de estradas, retirada de barreiras etc..., por máquinas inoperantes em função do tempo de atendimento da garantia, no caso de avaria e até mesmo nas revisões por conta do fornecedor que está previsto no edital e no termo de referência (página nº 481)”.

Em que pese a garantia legal da ampla concorrência, já que a Lei das Licitações garante a competitividade no procedimento, não se trata de regra absoluta, que pode ser mitigada para observar os princípios da economicidade.

A restrição da participação de licitantes com limitação de distância do Município se justifica em razão da economia aos cofres públicos. Não se trata de exigência desarrazoada. Também não vislumbro violação ao princípio da igualdade, pois, embora a competitividade seja da essência da licitação, ela não é inteiramente livre, de modo que permite a imposição de determinadas regras que visem preservar o interesse público.

Veja-se orientação de Diogenes Gasparini, sobre contratação de serviços de manutenção de veículos em local distante de sua situação, estendendo o raciocínio ao tema em questão:

Atente-se que só as exigências inconvenientes ou irrelevantes estão vedadas. Logo, se não tiverem esse caráter, são legítimas, e disso é exemplo a obrigação de os proponentes, prestadores de serviços de manutenção e reparos de veículos, terem suas instalações no interior de certo território. Com efeito, não teria sentido algum que a interessada pelos serviços dessas empresas tivesse de levar seus veículos para os necessários serviços de manutenção e reparos à sua sede, situada muito distante do local onde normalmente eles ficam (garagem). O mesmo se poderia dizer em relação a postos de abastecimento de veículos. Das respectivas licitações só podem participar fornecedores que estejam situados numa proximidade tal da Administração Pública licitante, sob pena de contrariar os princípios do interesse público e da economicidade. (Direito administrativo. - 12. ed. reev. e atual. - São Paulo : Saraiva, 2007. - pp. 486/487)

Neste mesmo sentido, veja-se o entendimento da jurisprudência pátria:



Processo N° 1333
DATA 22.07.24
Folhas N° 32 Rubrica 9

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - LEI N° 8666/93 - CLÁUSULA DO EDITAL - LIMITAÇÃO TERRITORIAL - VANTAJOSIDADE - RAZOABILIDADE. 1. O processo licitatório tem, como objetivo, proporcionar a realização do negócio mais vantajoso para a administração pública e assegurar, em condições de igualdade, a participação dos administrados nos negócios em que pretende a Administração Pública realizar com particulares. 2. **É razoável a cláusula editalícia que restringe o local de abastecimento da frota municipal aos limites territoriais do município licitante.** 3. **Não viola os princípios da igualdade e da ampla concorrência a limitação territorial que preserva a vantajosidade e a economicidade.** (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0148.15.003065-5/001, Relator(a): Des.(a) Renato Dresch, 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 24/09/2015, publicação da súmula em 01/10/2015)

A possibilidade de se restringir a participação de licitantes sediados a uma distância considerável do município decorre das necessidades e características inerentes ao próprio objeto, com fulcro no art. 6º, IX, c/c o art. 3, § 1º, I, da Lei n. 8.666/1993. Trata-se, entretanto, de situação excepcional, uma vez que a Lei n. 8.666/1993 veda ao administrador o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, sob pena de restrição ao caráter competitivo da licitação.

Portanto, **verifica-se que a restrição territorial se justifica neste contexto, na medida em que, de fato, a localização geográfica é indispensável à eficiente execução do contrato.** Vale dizer, é razoável a cláusula editalícia que restringe a assistência técnica a 160 km do município licitante, visando a vantajosidade e a economicidade, conforme plenamente justificado pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Com efeito, entendo que as razões técnicas e fáticas que insurgem no caso concreto posto em análise podem justificar a previsão editalícia restritiva, com fulcro no art. 22 da LINDB, motivo pelo qual não vislumbro ilegalidade no item 6.9 do Termo de Referência, eis que reflete as dificuldades reais do gestor na busca do melhor interesse público,



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 1333
DATA 22/01/24
Folhas Nº 33 Rubrica 9

Portanto, no entender desta especializada jurídica, não assiste razão à requerente, devendo ser negado provimento à impugnação.

III - DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I** para ciência, manifestação e decisão final, com a adoção das providências que entender cabíveis.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

Nova Friburgo, 22 de janeiro de 2024.

Carlos Eduardo Vila Nova da Veiga
Subprocurador de Processos Administrativos
Matrícula: 63.347

Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347